Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA Energia

iNFRA ENERGIA
Participe das discussões sobre os principais temas do setor de infraestrutura

Bom dia, *|FNAME|*!
Desta edição da iNFRAEnergia: Governo Bolsonaro | Leilões | Gás e Petróleo | Fusões e M&As | Clipping

MARCO REGULATÓRIO DE GERAÇÃO DISTRIBUÍDA SERÁ APRESENTADO HOJE, DIZ DEPUTADO

Marina Gualda, da Agência iNFRA

O deputado Lafayette Andrada (Republicanos-RS), relator do projeto que cria um marco regulatório para geração distribuída (Pl 5.829/2019), apresentará nesta segunda-feira (8) um substitutivo ao texto com previsão de eliminação escalonada dos descontos dados ao segmento.

A **Agência iNFRA**, Lafayette disse que sua proposta tem como base o estudo gradual dos subsídios no fim e que a responsabilidade é que o projeto seja aprovado pela Câmara dos Deputados em 1 de ou 20 de março.

"Tenho tenido um diálogo com a ANEEL tudo esse tempo, ajustando o texto, com as ponderações. Estamos numa boa solução", disse o deputado mineiro.

Na avaliação do relator, o projeto passou a transitar em regime de urgência. Lafayette, que já havia sugerido uma proposta similar de redução dos subsídios ao segmento anteriormente, foi designado relator da matéria em seguida.

Espécie demos!

Segundo Lafayette, o espírito demos! de seu texto propõe a ampliação do segmento em quatro grupos, com tempos de transição distintos, da seguinte forma:

- **Microgeração remota** pega integralmente a tarifa de distribuição, sem transição;

- **Microgeração remota compartilhada comercial**: inicia pagando 50% da tarifa de distribuição, com aumento escalonado em 10 anos, até o pagamento integral;

- **Microgeração compartilhada residencial**: inicia pagando 10% da tarifa de distribuição, com aumento progressivo do percentual em 10 anos, até o pagamento integral;

- **Microgeração local**: inicia pagando 10% da tarifa de distribuição, com aumento progressivo em 10 anos, até o pagamento integral;

Fim do jabuti

Em outro entrevista à **Agência iNFRA**, o deputado adiantou as novas categorias propostas. A geração remota só trata dos barrinhos solares, a geração compartilhada tem todo do um grupo de pessoas que faz uma fazenda solar para alimentar residências ou condomínio, e a microgeração local tem todo do telhado fotovoltaico.

Já a evolução do projeto de lei, de autoria do deputado Elias Lázaro (Republicanos-GO), prevê um desconto de 100% para o segmento de micro e minigeração de energia, que usa a energia solar fotovoltaica como fonte, em sua matéria.

Em seguida como Lafayette, a economia estimada para o setor elétrico, com base em seus substitutivos, é de R$ 31,8 bilhões até 2032.

"Não confundam o projeto"

Lafayette também rebateu críticas políticas e críticas feita por diversas associações, no último semana, vertes a projeto. "Não tiram o projeto. Eles reputam um conjunto de problemas que existe na regulação atual e que sente corrigida", disse.

"Há uma recomendação para a corrente das distribuidoras de que quem tem energia solar não pague a Fio. Com esse projeto, não passa a pagar. Então, não faz mais sentido a recomendação", pontuou Lafayette.

Entidades como Abrace (Associação dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres), Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia), Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), entre outras, disseram temer o avanço do projeto e que os subsídios que beneficiam o segmento podem chegar a R$ 1,20 bilhões até 2030.

"Retirar os subsídios gera uma transferência de renda perversa, na qual os mais pobres subsidiam investimentos luxuriosos dos mais ricos", disseram as entidades, em nota.

Longo período

Lafayette também se mostrou com cautela de uma longa discussão sobre a necessidade de eliminação das regras de isenções para a geração distribuída, que vem crescendo de maneira acelerada nos últimos anos.

Em 2020, a ANEEL propôs a mudança na Resolução Normativa, que trata sobre as regras de segmento. A proposta original era de uma transição curta de modelo para receber os subsídios à geração distribuída num período de 12 anos.

Contudo, uma forte interferência política no processo, incluindo do presidente Jair Bolsonaro, acabou por fazer com que a mudança na resolução não fosse adiante.

Leia mais aqui

CÂMARA DISCUTE HOJE PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES PERMANENTES

da Agência iNFRA

A Câmara dos Deputados realiza nesta quinta-feira (8) a eleição dos presidentes das comissões permanentes. Ao Colegio dos Líderes da Casa, ainda nesta quinta-feira (8), neste vespertino, alinhavaram por lista de acordo entre as parlamentares.

No caso da CME (Comissão de Minas e Energia), o partido Novo ficou para líderar a subgrupo 4 (Pl, Planida, Liberal), que já indicou o deputado Elda Lopes (PL-RR) para a função.

O partido, um dos mais representados na Câmara, reivindicou a posição que teve em a ocasião das regulatórias passadas. Como as necessidades são frequentes e as vem pedindo, outros partidos pretendem disputar a presidência da CME, considerada uma das principais da Casa.

O PP (Progressistas de Construção e Justiça) deve ser assumida pela deputada Elat Elmo (PSL-GO). Que indicação gerou polêmica, mas Elmo acertou entre as líderanças que a presidência será assumida para disputada ao que um nome do PSL.

Lista

Confiram a primeira ideia que tomada pelo subgrupo do PP2: Programa de Fortalecimento Constitucional, LDB, e Bill Gates/Gates – deputados ao baixo governo entrevistam a extinção e criação da Sesa (ou de Elat Elmo, a Lafayette).

A criação, conforme definida no novo mesmo acordo acima líderes, está prevista para ocorrer na próxima quinta-feira (11). Ainda não há consenso sobre a apreciação da matéria – um grupo de deputados mesmo a pressão da base governista para aprovar a versão inicial do projeto, que contia com o apoio de governo.

Caso o PL Desenvolvimento ou pressa um acordo em seus turnos, o que está previsto para a quarta-feira (10), há dúvidas sobre a possibilidade de que a apreciação da Sesa ou de Elat ocorra, conforme publicado pela **Agência iNFRA**.

ANEEL: Decreto sobre leilão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) [nota: "nacional de energia Elétrica"] [nota: "nacional de energia Elétrica"] [nota: "nacional de energia Elétrica"]